

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br. Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Agropecuária em festa em Itanhém

O momento positivo de expansão da agropecuária na Bahia coincide com a realização da 19ª exposição de Itanhém (Exponhém), inaugurada ontem com a participação de gestores do agro, autoridades e profissionais relacionados ao setor.

A Exponhém segue até domingo com atividades diversas, como negociação de animais de elevado potencial genético, torneios entre produtores de leite e palestras de especialistas em criação de gado e negócios agrícolas.

Itanhém detém um dos maiores rebanhos bovinos da Bahia e mais de 30% das pessoas ocupadas trabalham no setor agropecuario, com geração do dobro dos empregos do segundo colocado, o comércio.

A exposição reúne todos os sindicatos de produtores rurais da região. Além da oportunidade de congraçamento, os dirigentes vão debater os melhores usos de tecnologia no aumento da produção.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeab), Humberto Miranda, e o vice, Rui Dias, participaram da abertura da Exponhém logo pela manhã.

FORTEALECIMENTO – Miranda falou para os produtores rurais da importância da gestão de cada um deles com o objetivo de fortalecer o setor agropecuario, e aproveitou para lembrar a recente alegria de ter a Bahia na liderança do ranking de crescimento nacional, segundo o IBGE.

Situada no Extremo-sul, na divisa da Bahia com Minas Gerais, Itanhém é um nome tupi, traduzido por "bacia de pedra" em português. A região, originalmente habitada por indígenas da etnia maxacali, foi conquistada por famílias de mineiros brancos.

Reeleição no MPT

Ontem, foi eleito para seu segundo mandato à frente do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, o procurador do trabalho Luis Carlos Gomes Carneiro Filho.

Luis Carlos alcançou a quase unanimidade no pleito, tendo recebido 49 entre os 52 votos possíveis no colégio eleitoral, que é formado por todos os membros atuando na instituição lotados no estado da Bahia. O atual procurador-chefe da instituição permanecerá por mais dois anos na função.

Ele inicia o exercício do seu segundo mandato a partir do dia 1º de outubro. A solenidade de posse será realizada no dia 24 de outubro, às 17h, na sede do Ministério Público do Trabalho, no Corredor da Vitória, em Salvador.

Direito Penal em Alagoínhas

Os estudantes do 9º semestre do curso de Direito da Faculdade Unirb Alagoínhas promovem até hoje o I Congresso Jurídico de Direito Penal. O evento está sendo realizado desde ontem no auditório da faculdade. Dentre os assuntos discutidos estão os novos desafios do processo penal; pacote anticrime e justiça negocial; a educação jurídica brasileira; alterações no código penal, código de processo penal e na lei de execuções penais. O evento conta com mais de 15 palestrantes de renome nacional. Segundo o superintendente da Unirb, Ana Costa, promover um evento desse porte na região de Alagoínhas agrega conhecimento aos discentes de Direito e traz desenvolvimento à sociedade local. É possível acompanhar a programação pelo Instagram @conjudipe.

Caixa preta

O mercado de empréstimos consignados concedidos a servidores públicos, com realização de descontos em folha de pagamento, consiste numa verdadeira caixa preta a exigir atenção e regulamentação por parte das autoridades.

Em algumas cidades e estados brasileiros, a exemplo do Mato Grosso do Sul, já se estuda a criação de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar irregularidades na contratação e operacionalização desse tipo de empréstimo.

Muitas vezes os valores superam em muito o patamar máximo permitido, de até 30% de comprometimento da renda do tomador. Já é tempo de a Bahia também acordar para a questão e enfrentar os eventuais abusos.

POUCAS & BOAS

● Em Feira de Santana continua o movimento dos camelôs acerca da ocupação do Centro Comercial Popular, mais conhecido como Shopping Popular. No final da tarde de quarta-feira um grupo de ambulantes fez mais um protesto na região central da cidade contra os valores que serão cobrados pelos espaços e as taxas adicionais para trabalhar neste lugar. Em matéria recente, o secretário de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, (Settdec), Antônio Carlos Borges Junior, afirmou ao jornal A TARDE que os valores foram ajustados em audiências públicas, com base em taxas cobradas em 2014 para trabalhar nas ruas e praças. Entre os 1.800 ambulantes cadastrados pela Settdec, 282 ainda terão que passar pelo processo de sorteio dos boxes. O último está previsto para o dia 18 de setembro e a relação das pessoas que devem comparecer nesta data no Centro Comercial Popular pode ser conferida no Diário Oficial do município.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO



O POETA | De tudo é testemunha o poeta, agora memória distante. Afetos, risos, trabalho, sol e chuva. De tudo é testemunha o poeta, agora parado. Sempre à beira de um último verso com a mão a postos, vê tudo o poeta sepulto. Sua palavra vive

Licenciamento ambiental cartorial: a proposta no Congresso Nacional

Severino Soares Agra Filho

Professor Associado do Departamento de Engenharia Ambiental e do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (MAASA) da Escola Politécnica – Universidade Federal da Bahia – UFBA

severino@ufba.br

O licenciamento ambiental (LA) foi concebido como um instrumento preventivo de gestão ambiental com o propósito de induzir formas sustentáveis nas intervenções e atividades humanas que possam ocasionar significativas modificações ao ambiente, propósito reafirmado na Constituição Federal (art. 225, § 1º, inciso IV), que incumbe o poder público de exigir o estudo prévio de impacto ambiental para as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental. Para atender a esses propósitos, a condução do licenciamento

ambiental foi sistematizada numa sucessão de atos de decisão modulados e encadeados, acompanhando o amadurecimento do empreendimento ao longo das fases de planejamento, de instalação e de operação.

A lei Geral de Licenciamento Ambiental, na versão do substitutivo ao projeto de lei 3729/2004, propõe diversos dispositivos com modificações de flexibilizações mediante procedimentos simplificados tais como: a Licença Ambiental Unificada (LAU), compreendendo em uma única etapa a LP,

a LI e a LO, a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), também em fase única e eletrônica, mediante compromisso declarado pelo empreendedor de observar as normas ambientais e a Licença de Operação Corretiva (LOC), que seria aplicada às atividades já existentes.

A proposta de aprovação da LP, LI e LO em uma única etapa e ato decisório – a LAU – sugere o pressuposto de que a atividade é de baixa complexidade de análise e que as medidas de controle a serem exigidas demandam pouco conhecimento tecnológico ou operacional. Ao suprimir a análise encadeada, o trifásico, a LAU torna-se equivalente à LO, sem que haja uma aferição do cumprimento das condicionantes relativas às medidas preventivas necessárias durante a instalação, objeto de uma LI.

A Licença por Adesão e Compromisso, a LAC, está proposta para ser aplicada também em fase única e mediante apenas o

compromisso declarado pelo empreendedor de cumprir as normas ambientais e de se enquadrar em determinadas condições. Nesses termos, seriam incluídas as atividades de menor complexidade que as aplicadas na LAU. Na sua essência se configuraria como um termo de compromisso equivalente a um Termo de Ajuste e Conduta (TAC) adotado em situações corretivas. A Licença de Operação Corretiva (LOC) seria concedida condicionada à implementação de medidas a serem cumpridas pelo empreendedor, com as mesmas características de uma LAC.

Diante dessas mudanças de flexibilização, consideramos que, ao se restringir a procedimentos de aferição documental, as propostas eliminam a análise substantiva da apreciação técnica do LA comprometendo o seu propósito preventivo e se tornando um instrumento de gestão ambiental meramente reativo e cartorial.

Ao se restringir a procedimentos de aferição documental, as propostas eliminam a análise substantiva

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Delações em baixa

O The Intercept chegou para ficar e deu um basta no mau-caratismo investigativo acostumado às delações sem cunho probatório. Os excessos praticados pela dupla Moro-Deltan tomaram como parâmetro a mera presunção para condenar Lula, privando-o da liberdade para atender aos caprichos da sanha capitalista interessada em abocanhar este imenso e rico continente chamado Brasil. Os poderes institucionais estão totalmente desacreditados, constituindo-se em motivo de chacota nos quatro cantos do planeta. A permissividade chegou a tal ponto que denúncias gravíssimas envolvendo a citada dupla não são investigadas e correm o risco de cair no esquecimento, engrossando ainda mais as fileiras da impunidade, com o reforço das elites, sempre coniventes com a ininterrupta divulgação de fakes nas redes sociais, razão de ser da eleição do atual presidente. É por aí que a banda toca, desafiada e na contramão do equilíbrio social. Sem uma decisiva participação popular, a tendência é que as coisas piorem ainda mais, para desespero dos menos favorecidos. Numa eventual sultura de Lula, medidas preventivas de segurança são imprescindíveis para que novo "acidente" não entre na lista dos casos insolúveis. A CIA que o diga. **JORGE BRAGA BARRETO, JBARRRETO@GMAIL.COM**

Esclarecimento

O Escritório de Advocacia Aurélio Pires, um dos mais antigos no estado da Bahia, foi surpreendido na manhã de 11/9/2019 com a presença de prepostos da Polícia Federal em suas instalações para busca e apreensão de documentos de um dos seus atuais sócios, que em determinado período entre 2015/2016 ocupou cargo vinculado a um gabinete no TRT da 5ª Região, como foi divulgado na mídia. Ocorre que, como estava lotado junto ao gabinete de um dos desembargadores objeto da investigação, assim como ocorreu com outros servidores, foi incluído no inquérito que apura os fatos objeto das denúncias. Vale ressaltar que o referido profissional na época

não era sócio do escritório, tendo inclusive se afastado das suas funções em razão de expressa incompatibilidade com o cargo que passou a ocupar no TRT da 5ª Região. Os representantes do escritório ressaltam o respeito à instituição da Polícia Federal e saientam que, embora se trate de investigações preliminares, se antecipam a declarar que nada tem a recear, uma vez que sempre agiram primados pela ética profissional. O escritório informa que tem prestado toda a assistência e auxílio às investigações para a necessária apuração e resolução dos fatos. **ESCRITÓRIO AURÉLIO PIRES, NUBIA@JPBCOMUNICACAO.COM.BR**

Dr. Aras, um nome...

Dr. Aras sem dúvida para todo baiano um nome certo. Preciso ler na cartilha de um filhote do presidente: "O Brasil não resolve suas questões se seguir os trâmites democráticos". Para auferir ao Dr. Aras além do nome certo, "na hora certa e lugar certo"... Senhor conselheiro, será essa tal democracia um estorvo aos tribunais? Apenas uma pergunta, data vênica. **CARLOS CAIRES, CARLI-NHOSCAIRES@GMAIL.COM**

Elogio aos funcionários da CEF

Sirvo-me mais uma vez deste conceituado jornal em particular desta coluna. Sou leitor

assíduo do jornal A TARDE de domingo a domingo, aproveitando o ensejo, quero fazer justiça, quando vamos reclamar sempre estamos prontos, mais elogiar às vezes é mais difícil. Quero registrar o profissionalismo de dois funcionários da Caixa Econômica Federal da agência Caminho de Arelia, Srs. Adzon e Rodrigo pelo excelente desempenho, presteza e atenção com os clientes, também os demais funcionários e colaboradores que são muito atenciosos. Exemplos a serem seguidos. **NELSO JOSÉ FERNANDES, NELSO_FERNANDES@HOTMAIL.COM**

Não temos culpa

O indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para a PGR, disse ser necessário, se descriminalizar a política. Há de se ver que quem criminaliza a política não é a sociedade, que é nada mais nada menos vítima dos maus políticos, que em decorrência do que fazem e deixam de fazer, são os verdadeiros responsáveis pela criminalização. São os políticos que possuem inúmeros privilégios, entre os quais o foro privilegiado, direito a verba no orçamento, e dinheiro, do erário público, para fundo partidário e eleitoral, duas coisas inconcebíveis e vergonhosas, já que ninguém obriga ninguém a criar partido e se candidatar a nada. **JOÃO BORGES, JOAOCPBOR-GES@GMAIL.COM**